

**ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Comunico a justificativa de ausência do deputado Renato Câmara, conforme CI nº 074/2026. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para proceder à leitura da ata da Sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. "*Ata da Trigésima Segunda Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Seis da Trigésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidas as seguintes proposições: Ofício nº 14.530/2026, da Agência Nacional de Transportes Terrestres do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 59.762/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul; e-mail da senadora Tereza Cristina; Ofícios nºs 288 e 290/2026, da Prefeitura Municipal de Ponta Porã; Ofício nº 3628/2026, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Carta nº 432/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Gleice Jane, Caravina, Mara Caseiro, Pedro Kemp, Zeca do PT, Zé Teixeira e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Roberto Hashioka e Neno Razuk. Ausência justificada do deputado Lucas de Lima. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Lidio Lopes. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 302/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 186/2024, de autoria dos deputados Paulo Duarte e Gerson Claro; Projeto de Lei nº 227/2025, de autoria do deputado Neno Razuk. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Resolução nº 8/2026, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de aplauso, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à equipe da Patrulha Maria da Penha da Guarda Municipal de Dourados, em reconhecimento à atuação célere, eficaz e comprometida na ocorrência registrada na manhã do dia 14 de abril, no município de Dourados, que resultou no resgate de uma jovem vítima de sequestro e violência praticados por seu ex-

*companheiro; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, bem como ao Ministro da Agricultura e Pecuária, pelo lançamento do Programa Move Agricultura; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada ao senhor Carlos Sérgio dos Santos, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Campo Grande (SECCG), em reconhecimento à sua relevante atuação como incentivador do esporte nesta capital; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao Centro de Treinamento Power Fight, do município de Dourados, pela destacada participação no All Brazil Full Contact Karate Championship 2026/WFKO Shinkyokushin, realizado no dia 11 de abril de 2026, na cidade de Presidente Prudente (SP); requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à professora Letícia Garcia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), pelo reconhecimento internacional ao ser consagrada Campeã Nacional do Brasil 2026 pelo Prêmio Frontiers Planet, uma das mais relevantes distinções científicas globais dedicadas à saúde planetária; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao senhor Andrei Francisco Dávalo Mendonça, em reconhecimento à sua nomeação para o cargo em comissão de diretor-geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares do Estado de Mato Grosso do Sul, em especial ao soldado PM Daniel Bronner Delmondes (comandante da equipe), ao soldado PM Alexsandro Jonas Mendes da Silva (motorista) e à soldado PM Daiane de Barros Jara (patrulheira), integrantes do 10º Batalhão de Polícia Militar, em Campo Grande, pela atuação rápida, eficiente e extremamente profissional, em ocorrência de elevada gravidade, que resultou na prisão do autor de violenta agressão contra mulher; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos Policiais Militares do Estado de Mato Grosso do Sul: soldado PM João Victor Soares Moreira, soldado PM Lysa Duarte Cavalcante e soldado PM Thales Denner Ajala de Almeida, integrantes do 10º Batalhão de Polícia Militar, em Campo Grande, pela atuação rápida, eficiente e extremamente profissional em ocorrência que resultou no salvamento da vida de uma criança vítima de mal súbito; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao subtenente Ezequiel José Ferreira, ao primeiro-sargento Valdir Pereira Dias, ao segundo-sargento Luiz Amir Mendes, ao terceiro-sargento Luís Roberto Fernandes Cabral, e ao terceiro-sargento Adellson do Amaral Pires, em reconhecimento à atuação exemplar que resultou na apreensão de mais de três mil e seiscentos quilos de entorpecentes no município de Rio Negro; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Associação de Pesca Esportiva de Rio Brilhante (Aperb), pela realização do 3º Festival de Pesca Esportiva de Rio Brilhante, ocorrido nos dias 11 e 12 de abril de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada aos idealizadores do evento “Tendél AgroPlay”: Felipe Cavagnoli (Fezin) e Daniel Correia, em reconhecimento à relevante contribuição cultural e ao destaque nacional e internacional alcançado pelo projeto, originado no município de Campo Grande; requerimento, de autoria do deputado Roberto Hashioka, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 17 de junho de 2026, das 19h às 21h, para a realização de Sessão Solene em Comemoração aos Cento e Dezoito Anos da Imigração Japonesa no Brasil; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Gleice Jane, Lia Nogueira e Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Jamilson Name, Lia Nogueira, Junior Mochi, Coronel David, Marcio Fernandes, Zé Teixeira, Lidio Lopes e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra o deputado Zé Teixeira. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e nove de abril do ano de dois mil e vinte e seis”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, no exercício de primeiro-secretário, o deputado Paulo Duarte, para proceder à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSDB) — Bom dia, senhor presidente em exercício deputado Paulo Corrêa. Bom dia, senhores e senhoras deputadas e todos que participam e assistem a esta Sessão. Expediente da Sessão Ordinária de 5 de maio de 2026: Ofício nº 1.262/2026, da Presidência da República, respondendo à moção de aplauso do deputado Zeca do PT (Prot. nº 830/2026); e-mails da Caixa Econômica Federal, encaminhando Crédito de Recursos Financeiros do Orçamento Geral da União (Prot. nº 1094, 1095/2026); Ofício nº 15/2026, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 531/2026); Ofícios nºs 12.6840 e 12.7432/2026, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, respondendo às indicações dos deputados Lidio Lopes e Zé Teixeira (Prot. nº 929, 945/2026); Processo nº 00026145-12.2026.8.12.9012, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando Despacho Decisório nº 159 (0378991) (Prot. nº 936/2026); Ofício nº 149/206, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando solicitação de apoio institucional – 3ª Caminhada #TodosPorElas pelo Fim do Feminicídio; Ofício nº 50.038/2026, da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de congratulação do deputado Paulo Corrêa (Prot. nº 973/2026); Ofício nº 100/2026, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 77/2026); Ofícios nºs 59.658, 60.046, 60.058, 60.083, 60.113, 60.118, 60.331, 60.334, 60.337, 60.340, 60.346 e 60.482/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações e requerimentos dos deputados Caravina, Mara Caseiro, Antonio Vaz, Gleice Jane, Zeca do PT, Pedro Kemp, Lidio Lopes e Renato Câmara (Prot. nºs 483, 284/2026); e-mail da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima. Senhor presidente, foi lido o expediente (Prot. nº 517/2026).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Coronel David. Transferida. Com a palavra, o deputado Gerson Claro. Transferida. Eu vou pedir licença para fazer daqui mesmo — muito consternado — o registro de uma moção de pesar aos familiares do engenheiro Marco Antônio de Moraes Filho, em razão do seu falecimento no dia 4 de maio de 2026. É filho da Márcia Dezidério, nossa funcionária da Casa, nossa colaboradora e chamava a gente de "tio". Eu estou muito consternado de fazer essa moção de pesar pelo falecimento do Marco Antônio Moraes, engenheiro e amigo há mais de quarenta anos. A gente fica aqui numa situação muito delicada, porque é uma coisa inesperada. Obrigado. Na sequência, a deputada Mara Caseiro. Essa moção de pesar foi assinada também pelo deputado Paulo Duarte.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Bom dia, senhor presidente, deputados e todos que nos visitam. Quero aqui registrar a presença dos vereadores Pinduca e Ber, da querida Aparecida do Taboado. Sejam muito bem-vindos. Senhor presidente, eu tenho duas indicações ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, solicitando o aumento do efetivo policial — da Polícia Militar e da Polícia Civil — para atuação no bairro Guadalupe do Alto Paraná — da Véstia —, no município de Selvíria, atendendo um pedido do vereador Dim, da Câmara Municipal de Selvíria. Também, senhor presidente, tenho outra indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Rudi Fiorese, solicitando, com a máxima urgência, a realização de Operação Tapa-Buraco na rodovia MS-475, no trecho que se inicia no trevo do município de Glória de Dourados até a rodovia MS-141. A presente indicação atende ao pedido formulado pela vereadora Néia, presidente da Câmara Municipal, e pela vereadora Fabiana, de Glória de Dourados. Eu passei por essa estrada, senhor presidente, e ela teve um recapeamento feito não faz muito tempo, mas já começaram a aparecer alguns buracos, então é necessário esse serviço, para que esse problema não aumente e venha deteriorar ainda mais essa rodovia. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Obrigado, deputada Mara Caseiro. Com a palavra, o ilustre aniversariante do dia, meu irmão deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar aqui um projeto de lei que estabelece diretrizes para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Artigo 1º - As ações de governo para o desenvolvimento do turismo de base comunitária atenderão aos termos desta lei, sendo que, para a finalidade, considera-se: I - Turismo de Base Comunitária é aquele que incorpora valores do bem viver, do bem comum, da economia solidária e do comércio justo, orientando um processo sustentável de organização do turismo no âmbito dos territórios de povos e comunidades tradicionais, do campo, da cidade, da floresta e das águas, em consonância com o desenvolvimento em escala local e regional e de modo a favorecer atividade socioeconômica e política e promover a emancipação comunitária por meio da valorização cultural, conservação ambiental, geração de emprego, renda e inclusão social. II - Agricultores familiares: aquele definido nos termos do artigo 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. III - Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e que utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Parágrafo único. O turismo de base comunitária poderá ser realizado em áreas em que existam comunidades e terras indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de pescadores artesanais e unidades de conservação, comunidades populares urbanas, comunidades de assentamentos rurais, comunidades de agricultores familiares, comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiro, outros grupos sociais que

possam ser caracterizados como povos e comunidades tradicionais. E seguem aqui os demais artigos e incisos deste projeto de lei. Também, senhor presidente, quero apresentar um requerimento de informações à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao senhor Paulo Eduardo Cançado Soares, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando informações sobre o andamento da obra de construção de uma ponte de concreto (Ponte 9 Córrego Guariroba Lote B), especialmente quanto aos seguintes pontos: 1 - Qual o cronograma inicial da obra e qual estágio atual de execução? 2 - Houve paralisação dos serviços? Em caso positivo, qual a justificativa? 3 - Qual o prazo atualizado para a conclusão da obra? 4 - Qual o valor total contratado e o montante já executado até o momento? 5 - Há pendências contratuais técnicas ou financeiras que estejam impedindo o andamento da obra? 6 - Quais medidas estão sendo adotadas para retomada e conclusão dos serviços? 7 - Qual a empresa responsável pela execução da obra e qual o status do contrato? Na verdade, nós estamos apresentando esse requerimento porque esta construção da ponte é muito aguardada pelos moradores ali da região. Essa construção foi iniciada, mas, tudo indica que, no momento, está paralisada. Então, os moradores pedem que nós façamos esse requerimento à Prefeitura de Campo Grande para esclarecer quais os motivos da paralisação dessa importante obra. E, por último, senhor presidente, quero apresentar uma moção de pesar aos familiares da senhora Ilza Echeverría, em razão do seu falecimento ocorrido no dia 29 de abril, no município de Ponta Porã. Dona Ilza construiu uma trajetória marcada pela dedicação ao cuidado com o próximo, exercendo com zelo, humanidade e compromisso as atividades como enfermeira e parteira, sendo responsável por acolher e auxiliar inúmeras famílias em momentos tão significativos como o nascimento de seus filhos. Seu trabalho deixou marcas profundas na comunidade, que se despede com gratidão. Reconhecida pelo respeito, carinho e atenção com que tratava a todos, dona Ilza se tornou uma referência em sua área, conquistando a admiração de toda a população de Ponta Porã e região. Neste momento de dor, esta Casa de Leis se solidariza com familiares e amigos, em especial nosso chefe de gabinete, João Roberto Talavera, seu filho, desejando conforto e força para enfrentar essa perda irreparável. Dona Ilza deixa três filhos, seis netos e dois bisnetos, além de um legado de amor, cuidado e dedicação que permanecerá vivo na memória de todos que tiveram o privilégio de conhecê-la. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Enquanto o deputado não vem, registro a presença de Darci José da Silva, presidente da Câmara Municipal de Amambai. Seja bem-vindo, meu vereador; da Suzana Ulisses, vereadora do município de Amambai, também. Sejam bem-vindos à nossa Casa de Leis; da Evelyn Abelha, presidente do Sisalms; do Murilo Matos, vereador do município de Naviraí; do Eli José Rodrigues, vereador do município de Naviraí; do Ber Galter, presidente da Câmara Municipal de Aparecida do Taboado; e do Edson Lourenço de Freitas, o Pinduca, vereador do município de Aparecida do Taboado. Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Senhor presidente, colegas deputados, quero apresentar uma moção de pesar em razão do falecimento de Marco

Antônio de Moraes Filho. Vi que Vossa Excelência também apresentou uma moção, assim como, ao que parece, outro parlamentar desta Casa. Ainda assim, protocolei esta manifestação pela via digital imediatamente após tomar conhecimento do ocorrido, ainda na data de ontem, em respeito à família. Faço isso porque a Márcia, mãe do nosso querido Marquinho, é uma grande amiga da nossa família, nossa vizinha e também servidora desta Casa há muitos anos, sendo uma pessoa por quem todos têm enorme carinho e respeito. Inclusive, minha primeira filiação partidária foi no PR, atual PL. A convite da Márcia, eu filiei-me ao PR Jovem, no gabinete do deputado Arroyo. Então, conheço a Márcia há mais de vinte anos, desde quando se tornou nossa vizinha, e acompanhei o crescimento desses meninos. Por isso, entendemos a dor e o sofrimento que toda a família está enfrentando neste momento. E, como vi que vários colegas já propuseram ou ainda irão propor essa homenagem, gostaria que essa moção fosse estendida oficialmente pela Casa, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com certeza. Ontem, o deputado Gerson Claro também apresentou essa manifestação. Estamos no Pequeno Expediente, mas o deputado Coronel David pediu pela ordem.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Quero apenas solicitar ao deputado João Henrique que eu possa assinar junto com ele a moção.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Eu concordo com o que o deputado João Henrique falou, ou seja, que a gente faça a moção pela Casa, pelo falecimento do engenheiro, filho da Márcia.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Obrigado, deputado. Com a palavra, o deputado Gerson Claro, presidente da Casa.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Bom dia, deputado Paulo Corrêa, no exercício da presidência, senhores deputados, deputada Mara Caseiro, deputada Lia Nogueira. Venho aqui apresentar um requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Maycol Henrique Queiroz Andrade, prefeito de Paranaíba, conhecido como Maycol Doido, em reconhecimento à sua corajosa e admirável participação no Desafio do Bem, realizado durante o Taboadão, tradicional Festa do Peão de Aparecida do Taboado. Aproveito também a oportunidade para parabenizar o prefeito José Natan, a população de Aparecida do Taboado e toda a organização do evento. O Ber, presidente da Câmara, esteve aqui e

todos sabem que, mais uma vez, foi realizada uma grande festa, como acontece todos os anos. O Taboadão foi um evento muito bonito e bem organizado. Durante a festa, o prefeito Maycol Doido participou do Desafio do Bem, realizando uma montaria que acabou ganhando repercussão nacional ao aceitar montar o cavalo Confuso e permanecer firme durante a apresentação. O homenageado não apenas valorizou e honrou as tradições culturais do rodeio regional, como também demonstrou um profundo espírito de solidariedade, mobilizando a comunidade em prol do Instituto Dom Afonso Maria Fusco. Sua atitude reúne coragem pessoal e compromisso social, servindo como exemplo de liderança humanizada, ao transformar entretenimento em um gesto concreto de apoio às crianças e famílias atendidas pela instituição. Por essa razão, considero mais do que justo o reconhecimento desta Casa de Leis. Agora, eu não recomendo aos deputados que façam a mesma coisa que o Maycol fez, porque, se a gente resolver fazer o bem através de montaria, certamente teremos problemas com o físico de alguns deputados. Mas, brincadeiras à parte, ele merece todo o nosso respeito. O prefeito Maycol Henrique Queiroz Andrade realizou um gesto excepcional de solidariedade durante o Taboadão. Parabéns ao prefeito Maycol! Fica aqui a nossa homenagem e a nossa moção de congratulação. Deputado Paulo Corrêa, Vossa Excelência pode assinar junto e transformar esta homenagem em uma manifestação oficial da Casa, atendendo também à solicitação da deputada Mara Caseiro, do deputado Coronel David e dos demais parlamentares.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Perfeitamente, deputado, com certeza. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, primeiro, para, com muita honra, com muita satisfação, anunciar aqui a presença do nosso combativo e companheiro vereador do PT, da grande cidade polo do sul do estado, chamada Naviraí: o vereador Eli José Rodrigues (Eli Construtor), que nos honra com a visita e com quem, à tarde, estaremos estabelecendo contatos para emendas destinadas ao município de Naviraí, onde o vereador Eli nos representa. Senhor presidente, tenho uma indicação deste Poder ao senhor governador Eduardo Corrêa Riedel, solicitando que sejam realizados os estudos necessários para a realização de concurso público específico para o ingresso de profissionais indígenas e quilombolas na Rede Estadual de Ensino. Registre-se que ontem — ou anteontem — o governador anunciou um concurso para dois mil professores. Importantíssimo. A presente indicação visa assegurar a valorização das especificidades culturais, linguísticas e territoriais dos povos indígenas e quilombolas, garantindo que os profissionais da educação atuantes nessas realidades possam, com vínculo direto com as referidas comunidades e profundo conhecimento de suas tradições, saberes e modos de vida, trabalhar no setor da educação com essas comunidades. Em âmbito nacional, destaca-se o Projeto de Lei nº 4.414/2024, de autoria da senadora Tereza Leitão, do PT de Pernambuco, já aprovado no Senado Federal e atualmente tramitando na Câmara dos Deputados, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a obrigatoriedade de ingresso, mediante concurso público específico, para profissionais da educação indígena, do campo e quilombola. Em abril deste ano, 2026, o Estado do Amapá realizou um concurso público específico voltado à educação indígena, ofertando

quatrocentas e vinte vagas em cargos como professor, pedagogo, especialista e auxiliar educacional indígena, com exigências de pertencimento étnico e domínio da língua e da cultura local. Dessa forma, senhor presidente, solicito respeitosamente aos nobres pares a aprovação e o encaminhamento desta indicação à Sua Excelência, o governador do Estado. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, o ilustre deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras e senhores e aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Tenho aqui uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Rudi Fiorese, solicitando, em regime de urgência, Estudo de Viabilidade Técnica (EVT) para a construção de uma rotatória na MS-156, localizada a aproximadamente seis quilômetros da rotatória da Planacom — no trecho Dourados, sentido Itaporã — próximo à comunidade rural Bandeirantes. A implantação de uma rotatória proporcionará maior organização do fluxo viário, redução da velocidade dos veículos e aumento da segurança para motoristas, ciclistas e pedestres que utilizam a via diariamente. Além disso, a medida contribuirá para o desenvolvimento local, facilitando o acesso à comunidade e às propriedades rurais da região. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Antes de passar ao próximo inscrito, eu gostaria de comemorar hoje, com todos os senhores deputados e senhoras deputadas, que já passamos em cima da rampa do estacionamento novo. Acho que é importante a gente comemorar isso. Com todas essas chuvas, a gente não estava conseguindo terminar a obra, mas agora efetivamente passamos para o final. Na sequência, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Bom dia, presidente. Quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos da Capital, senhor Paulo Eduardo Cançado Soares, com cópia autônoma à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, solicitando a realização de estudos visando à execução de pavimentação asfáltica nas vias que ainda não dispõem desse benefício no bairro Jardim Columbia, em Campo Grande. Justificativa anexa, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente e demais deputados presentes à Sessão. Cumprimento todos aqueles que nos prestigiam com suas presenças nesta Sessão, em especial os vereadores dos municípios que hoje se fazem presentes nesta Casa. Cumprimento também todos que nos acompanham pela TV Alems e pelas mídias sociais. Faço uso da palavra, no Pequeno Expediente, para apresentar uma indicação, senhor presidente. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, e ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a reforma, ampliação e modernização estrutural do 1º Distrito de Polícia Civil, bem como a realização de estudos técnicos para a implantação de um segundo Distrito de Polícia Civil no município de Naviraí. A presente proposição atende à solicitação das vereadoras Salia Regina de Souza Nonato, Liliane Patrícia Dias Capucci e Rosângela Faria Sofa, além dos demais vereadores da Câmara Municipal de Naviraí, que encaminharam essa demanda a este gabinete, por meio do Ofício nº 078/2026 e da Indicação nº 128/2026, devidamente lidos e aprovados naquela Casa de Leis, conforme documentos anexos. Também, senhor presidente, quero encaminhar uma moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Mário Márcio Buainaim, em razão do seu falecimento, ocorrido no dia 3 de maio de 2026, aos cinquenta e cinco anos de idade, nesta Capital. Registro que o senhor Mário Márcio Buainaim integrava uma tradicional família de empresários de Campo Grande, amplamente reconhecida pela relevante atuação no setor farmacêutico, especialmente por meio da rede São Bento de Farmácias, cuja trajetória se confunde com o desenvolvimento econômico e social da capital e de toda a região. Senhor presidente, também faço uso da palavra para cumprimentar o ilustre deputado Pedro Kemp, pelo seu aniversário.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Deputado Junior Mochi, eu gostaria de assinar com Vossa Excelência a moção de pesar ao Mário Márcio Buainaim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Com certeza. Será assinada também pela deputada Mara Caseiro e o deputado Coronel David. Aproveito para parabenizar o ilustre amigo colega deputado Pedro Kemp, desejando muita saúde, paz e vida longa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina, ilustre presidente do Diretório Estadual do PSDB.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, senhores assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Quero cumprimentar o Cícero Leite, vereador do município de Batayporã. Cumprimento também o prefeito Henrique Ezoe, de Rio Negro, e todos que acompanham esta Sessão. Senhor presidente, apresento hoje uma única indicação, solicitando que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Administração, Roberto Gurgel de Oliveira Filho. A indicação solicita a adoção de medidas voltadas à adequação da Lei Complementar nº 274, de 21 de maio de 2020, ao entendimento firmado pelo

Supremo Tribunal Federal no âmbito da Ação Direta de Constitucionalidade 7727, que suspendeu a equiparação dos critérios etários de aposentadoria entre policiais civis homens e mulheres. O objetivo é assegurar às servidoras o direito à redução de três anos no tempo para aposentadoria e, uma vez preenchidos os requisitos, garantir também a possibilidade de permanência em atividade com o recebimento do abono de permanência, em observância à segurança jurídica e à força vinculante das decisões do STF. Deputada Mara Caseiro, esse é um assunto muito importante, especialmente para as mulheres da Polícia Civil. Hoje existe um entendimento, já reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, de que as policiais civis mulheres têm direito à aposentadoria com três anos a menos em relação aos homens. No entanto, apesar desse direito já estar reconhecido, há um entendimento equivocado impedindo que essas servidoras tenham acesso ao abono de permanência no momento em que completam esse período reduzido de aposentadoria. Na prática, muitas mulheres já atingiram o tempo necessário para se aposentar, mas, mesmo assim, não conseguem requerer o abono de permanência, benefício destinado justamente àquelas que optam por continuar em atividade após preencherem os requisitos da aposentadoria. Por isso, estou apresentando uma indicação ao governador Eduardo Corrêa Riedel e ao secretário Roberto Gurgel de Oliveira Filho, para que seja feita a adequação da Lei Complementar nº 274 e corrigida essa distorção. O objetivo é garantir que as mulheres policiais civis, ao atingirem o tempo de aposentadoria reconhecido pelo STF — três anos inferior ao dos homens — possam também exercer o direito ao abono de permanência. Hoje já existem investigadoras, escrivãs e delegadas aguardando essa adequação para terem esse direito efetivamente reconhecido. A manutenção da legislação estadual em desacordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal acaba gerando insegurança jurídica e possível violação de direitos, especialmente diante do caráter vinculante das decisões da Corte. Então, senhor presidente, essa é a indicação que apresento hoje, buscando garantir justiça e segurança jurídica para essas servidoras. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário, pela TV ALEMS e também pela Rádio ALEMS. Trago hoje, presidente, uma indicação, solicitando que seja encaminhado expediente ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado; ao senhor Hélio Daher, secretário de Estado de Educação; e ao senhor Laércio Alves de Carvalho, reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), solicitando a adoção de providências para viabilizar a implantação dos cursos de Fonoaudiologia e Medicina na UEMS, em Dourados, município onde está localizada a sede da universidade. Essa indicação reforça uma demanda importante voltada à ampliação da oferta de cursos estratégicos na área da saúde em Dourados, especialmente com a implantação dos cursos de Fonoaudiologia e Medicina na UEMS. Trata-se de uma medida com grande potencial para fortalecer a formação de profissionais em áreas essenciais, contribuir para a interiorização do ensino superior e atender, de forma estruturada, às necessidades assistenciais e acadêmicas da macrorregião atendida por Dourados. A implantação desses

cursos representa investimento em qualificação profissional, desenvolvimento regional e fortalecimento das políticas públicas, ampliando oportunidades de formação no estado e favorecendo a fixação de profissionais na região. Esse é um pedido que já apresentamos no início do nosso mandato, considerando principalmente a consolidação do Hospital Regional, que hoje é uma realidade e atende não apenas Dourados, mas outros trinta e quatro municípios da macrorregião. Esses cursos serão fundamentais para absorver a crescente demanda daquela região, além de possibilitar a transformação do Hospital Regional em um verdadeiro Hospital-Escola. Por isso, acredito que essa é uma luta importante, uma pauta que defendemos há bastante tempo, e que o Governo do Estado precisa olhar com sensibilidade, porque essa iniciativa vai ao encontro das necessidades reais da população. Hoje já existe em Dourados uma estrutura hospitalar capaz de dar suporte a um Hospital-Escola. E a implantação dos cursos de Medicina e Fonoaudiologia é essencial, especialmente diante da grande demanda e da defasagem de profissionais de Fonoaudiologia, cuja demanda é muito grande. Nós temos uma defasagem hoje desses profissionais, principalmente no interior do estado. Então, eu acredito que essa indicação reforça uma luta que iniciamos aqui como representantes da Assembleia Legislativa e da bancada de Dourados. Também apresento hoje uma indicação ao Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a realização de manutenção corretiva nos chamados “caixões”, com o devido conserto e regularização das peças danificadas no trecho da MS-162, conhecida como avenida Guaicurus, entre a região da Figueira e o aeroporto de Dourados. Essa solicitação atende a uma demanda dos usuários da MS-162, que relatam que os caixões instalados nesse trecho estão danificados e apresentam irregularidades nas entradas e saídas, aumentando significativamente o risco de acidentes e causando prejuízos materiais. É importante destacar que esse trecho possui intenso fluxo de veículos, pedestres e ciclistas, além de dar acesso ao campus universitário, ao aeroporto e também ao quartel do Exército. Nós temos ali uma região que cresceu muito nos últimos anos, tornando-se bastante populosa, e a avenida Guaicurus é hoje uma via extremamente movimentada e perigosa. Por isso, pedimos que esses reparos e correções sejam realizados com urgência, para garantir mais segurança a todos que trafegam pela região, especialmente aos estudantes da UEMS e da UFGD, que utilizam diariamente esse trajeto. Por hoje é isso. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Senhor presidente, senhores deputados, apresento hoje quatro indicações. A primeira é direcionada ao diretor-presidente da Energisa, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando providências imediatas para reparo, manutenção e restabelecimento do fornecimento de energia elétrica na região da Linha Santa Luzia, localizada na zona rural do município de Nova Andradina. A segunda indicação é encaminhada ao senhor Rodrigo Peres Ramos, solicitando a construção de um estacionamento pavimentado na área de acesso e sinalização próxima à Escola Estadual Arsênio Rojas, no município de Caarapó. A terceira indicação também é destinada ao senhor Rodrigo Peres Ramos, com cópia ao diretor-presidente da Empresa de Saneamento

de Mato Grosso do Sul (Sanesul), senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a implantação da rede de esgotamento sanitário em vias públicas do bairro Parque da Nação II, no município de Dourados. Por fim, apresento uma quarta indicação ao senhor Rodrigo Peres Ramos, com cópia ao prefeito municipal de Dourados, Marçal Gonçalves Leite Filho, solicitando gestão junto aos órgãos competentes para a realização de estudos visando à implantação de equipamento público essencial no Residencial Jardim dos Buritis, também no município de Dourados. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro. Muito bom dia, nobres pares e todos que nos honram com suas presenças neste Plenário. Quero cumprimentar o prefeito de Rio Negro, Henrique Ezoe. Seja bem-vindo a esta Casa. Senhor presidente, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Euro Nunes Varanis Júnior, superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em Mato Grosso do Sul, solicitando a realização de estudos para o rebaixamento ou implantação de rampas nos passeios da ponte de concreto da BR-060, localizada sobre o rio Miranda, na ligação entre os municípios de Guia Lopes da Laguna e Jardim. A presente proposição fundamenta-se nas constantes reivindicações dos moradores e ciclistas que utilizam regularmente o referido trecho rodoviário e carecem de uma infraestrutura adequada e segura para sua locomoção. A devida justificativa está anexa, senhor presidente. É o que eu tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, nobres deputados, a todos que nos assistem pela TV ALEMS, pela Rádio ALEMS e também aos que estão presentes nesta Casa de Leis. Tenho uma indicação a apresentar. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando o aumento do efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil no município de Cassilândia. Essa solicitação foi encaminhada pelo senhor Fernando, da área de saúde, morador da cidade e pessoa muito preocupada com a segurança pública do município. Hoje, Cassilândia necessita do reforço no quadro de servidores tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, especialmente no número de investigadores e escrivães. A demanda por atendimentos, diligências e procedimentos investigativos vem aumentando significativamente, o que torna essencial o reforço das equipes para garantir mais agilidade e efetividade nas ações de segurança pública. Essa medida é necessária para equilibrar a carga de trabalho, melhorar o tempo de resposta às ocorrências e fortalecer a atuação policial no município, proporcionando melhores

condições de atendimento à comunidade. Portanto, esta indicação atende ao pedido formulado pelo senhor Fernando, motorista da saúde. Também requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada uma moção de pesar aos familiares do senhor Ivan Paes Barbosa, falecido no dia 30 de abril de 2026, aos noventa e dois anos, na cidade do Rio de Janeiro. Empresário visionário e referência na comunicação sul-mato-grossense, doutor Ivan Paes Barbosa construiu uma trajetória marcada pelo trabalho, pela perseverança e pelo espírito empreendedor. Natural de Camapuã, teve origem humilde e, por meio da dedicação e da determinação, tornou-se um dos maiores nomes da comunicação regional, sendo fundador da Rede MS de Rádio e Televisão. Sua contribuição para o desenvolvimento da comunicação em Mato Grosso do Sul foi inestimável, sendo responsável pela consolidação de importantes veículos de informação, entretenimento e prestação de serviços à população sul-mato-grossense. Seu legado ultrapassa o setor empresarial, alcançando também relevante atuação como produtor rural e incentivador do desenvolvimento regional. Homem de visão pioneira, contribuiu decisivamente para a expansão e fortalecimento da mídia local, formando profissionais, fomentando o jornalismo regional e aproximando informação e cidadania de milhares de famílias sul-mato-grossenses. Assim, neste momento de dor e consternação, encaminhamos a presente moção, que deverá ser redigida nos seguintes termos: "O deputado Lucas Lima manifesta sua solidariedade e externa os mais elevados sentimentos aos familiares, amigos, colaboradores e admiradores do senhor Ivan Paes Barbosa. Sua trajetória, liderança e contribuição ao Estado de Mato Grosso do Sul permanecerão como exemplo e inspiração para as futuras gerações. Rogamos a Deus que conceda conforto e força a todos". Muito obrigado, senhor presidente. É somente isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais oradores inscritos. Declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 01107/2026, 01106/2026). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 01133/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: dois requerimentos (Prot. nºs 01104/2026, 01103/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 01114/2026); um projeto de lei (Prot. nº 01096/2026). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 1101/2026, 01100/2026, 01099/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 01098/2026); uma moção de aplauso (Prot. nº 01097/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 01111/2026, 01110/2026, 01109/2026). De autoria do deputado Londres Machado: um projeto de lei (Prot. nº 01105/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 01130/2026, 01129/2026, 1115/2026); um requerimento (Prot. nº 01116/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 01127/2026). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 01108/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma indicação (Prot. nº 01117/2026); três moções de congratulação (Prot. nºs 01126/2026, 1113/2026, 01112/2026); duas moções de pesar (Prot. nºs 01120/2026, 01119/2026). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 1131/2026). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 01128/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 1125/2026, 01124/2026, 01123/2026, 1122/2026). De autoria do deputado Zeca do PT: uma indicação

(Prot. nº 01132/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Ao nosso aniversariante, os nossos cumprimentos — parabéns e que Deus lhe abençoe — em nome da Casa. Pelo livro de inscrição, com a palavra, no Grande Expediente, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, primeiramente quero agradecer os cumprimentos que recebi de todos os colegas, amigos e amigas neste dia do meu aniversário. Muito obrigado pelo carinho de todos e todas. Senhor presidente, eu não poderia deixar de registrar aqui a indignação que senti na semana passada ao acompanhar as imagens do que aconteceu no Congresso Nacional, especificamente no Senado Federal. Primeiro, durante a sabatina de Jorge Messias, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para uma vaga no Supremo Tribunal Federal, quando o Senado rejeitou a indicação — algo que não acontecia no Brasil há mais de cento e trinta anos. Se minha memória não falha, a única vez em que isso ocorreu foi ainda no governo de Floriano Peixoto. E agora, depois de cento e trinta e dois anos, o Senado Federal rejeita a indicação de uma pessoa com currículo impecável, reputação ilibada, preparo técnico e sem qualquer mancha em sua trajetória pessoal ou profissional. Diante disso, ficamos nos perguntando quais foram os reais motivos para a rejeição do nome de Jorge Messias. Na minha avaliação, trata-se claramente de uma questão política, em pleno ano eleitoral, com parte do Senado antecipando a disputa das eleições de 2026. Além disso, certamente existem outros interesses menos transparentes, que a própria história haverá de registrar no futuro, inclusive comprometendo a biografia de alguns senadores, especialmente do presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Essa votação representa mais um movimento de retaliação ao Governo, de pressão e de chantagem política contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E nós sabemos também que há interesses relacionados à liberação de emendas parlamentares. Hoje, o Congresso Nacional controla bilhões de reais do orçamento público, inclusive parte do chamado orçamento secreto, já que algumas emendas são liberadas sem a devida transparência e sem o necessário controle da sociedade sobre a aplicação desses recursos. Inclusive, existem diversas denúncias envolvendo desvio de recursos dessas emendas parlamentares, com vários parlamentares já respondendo por essas acusações. Por isso, há no Congresso Nacional uma evidente insatisfação de determinados setores com relação à atuação do Supremo Tribunal Federal, especialmente do ministro Flávio Dino, que vem cobrando mais transparência e fiscalização na liberação dessas emendas parlamentares. Mas também existe uma outra questão que pode trazer muita dor de cabeça para diversos parlamentares no Congresso Nacional: a CPI que investiga o caso do Banco Master. Aliás, o que temos acompanhado nos últimos dias é uma espécie de "acordão", uma tentativa clara de esvaziar essa CPI e colocar um verdadeiro tapete sobre as denúncias que vêm surgindo. Há, inclusive, uma grande expectativa em torno de uma possível delação premiada do Vercaro, que pode comprometer muita gente. Já circulam informações de que ele teria financiado diversas campanhas políticas, incluindo a do ex-presidente Jair Bolsonaro; do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas; além de outros parlamentares ligados ao bolsonarismo no Congresso Nacional, que hoje estariam incomodados, preocupados e sem dormir com a possibilidade dessa delação avançar. O que se percebe é uma grande movimentação dentro do Congresso para transformar todas essas denúncias

em "uma grande pizza", tentando minimizar ou abafar fatos que envolvem o nome de muitos parlamentares. E é justamente nesse contexto que enxergamos um movimento claramente político, de oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, marcado por pressões e chantagens que acabaram contribuindo para a rejeição do nome de Jorge Messias, alguém que preenchia todos os requisitos para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal. Só nos resta lamentar essa rejeição, porque Jorge Messias certamente teria muito a contribuir com a Suprema Corte do país. Mas, infelizmente, em razão desse jogo político e dessas articulações que fazem parte dos bastidores do Congresso Nacional, o STF deixa de contar com a contribuição de um jurista e advogado altamente qualificado. E, como se isso não bastasse, logo após a rejeição de Jorge Messias, assistimos a outra cena extremamente lamentável: a votação do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto da dosimetria, que reduz as penas dos condenados por tentativa de golpe no Brasil. Foi lamentável assistir à comemoração de parlamentares que defenderam a derrubada desse veto, numa iniciativa que, na prática, acaba beneficiando principalmente o ex-presidente Jair Bolsonaro, atualmente preso em sua residência, mas também todos aqueles que participaram dos atos do dia 8 de janeiro na tentativa de golpe contra a democracia. Isso chega a ser desanimador. Porque a mensagem passada à sociedade por aqueles que derrubaram o veto é extremamente grave: "vocês podem tentar novamente atacar a democracia brasileira, porque amanhã ou depois haverá quem trabalhe para livrá-los das consequências". É como se dissessem: "podem ir outra vez lá em Brasília e quebrar a sede dos poderes, podem fazer suas necessidades fisiológicas em cima das mesas do Senado, da Câmara, do Supremo Tribunal Federal, porque não vai acontecer nada de grave com vocês". O que esses parlamentares fizeram foi dar um mau exemplo para a nação, que reagiu a essa tentativa de golpe; um mau exemplo tentando "passar pano" e minimizar o que aconteceu na história recente do Brasil. Então, eu queria aqui manifestar toda a minha indignação. Quando assisti àquelas cenas de senadores e deputados comemorando e vibrando pela redução das penas, fiquei profundamente indignado. A política tem dessas coisas. Existe muita gente honesta, muita gente bem-intencionada, que trabalha em favor da coletividade. Mas também tem muito vagabundo, tem muito mau caráter e tem muita gente que usa dos cargos que ocupam em benefício próprio e das suas organizações criminosas. Eu tenho esperança que o Supremo Tribunal Federal considere inconstitucional essa Lei da Dosimetria, que, aliás, ainda não foi promulgada. Tenho convicção de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não irá promulgá-la, porque certamente não vai querer colocar sua assinatura em algo que considero uma grande vergonha. Caberá, então, ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, fazer essa promulgação. Mas acredito que, assim que isso ocorrer, a Justiça será provocada e irá se manifestar. Primeiro, porque não se pode criar uma lei para beneficiar um grupo específico de pessoas. A lei deve valer para todos. Segundo, porque houve, na minha avaliação, um erro gravíssimo por parte do presidente do Senado. O que existia era um veto total do presidente da República, mas foram destacados apenas alguns trechos para derrubada, preservando outros artigos relacionados a crimes hediondos. Ou seja, acabou sendo feito um recorte parcial de um veto que originalmente era integral. Entendo que isso não deveria ocorrer: não é correto fragmentar um veto total e promulgar apenas partes específicas da matéria aprovada. Por isso, esperamos — e digo isso com grande expectativa — que o Supremo Tribunal Federal anule

essa votação, porque se trata de uma medida que acaba transmitindo um péssimo exemplo para a sociedade e pode incentivar, no futuro, novas tentativas de ataque à democracia brasileira. O nosso país não pode mais conviver com tentativas de golpe, nem com atitudes de quem não aceita o resultado das eleições, não respeita o jogo democrático e tenta vencer fora das regras institucionais. Por isso, faço aqui este registro sobre tudo o que aconteceu na semana passada, que considero um momento muito triste da história recente do país. Ainda assim, tenho confiança de que parte do que ocorreu poderá ser corrigida pela Justiça. Agora, aguardamos apenas que o Supremo Tribunal Federal seja acionado, para impedir que esse casuísmo avance e que o Brasil passe a ter uma legislação que, de alguma forma, acabe incentivando ações contra o Estado Democrático de Direito. Era isso, senhor presidente. Agradeço. Vamos às votações de hoje.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Muito bem, nobre deputado Pedro Kemp, aniversariante do dia. Como Vossa Excelência é o nosso segundo-secretário, eu o consulto se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e três senhores deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 305/2023. Autor: deputado Coronel David. "Dispõe sobre a criação do Cadastro Estadual de Crimes Sexuais no Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. A Comissão de Segurança Pública e Defesa Social emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Para discutir, o autor, deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, este projeto que propõe a criação de um Cadastro Estadual de Crimes Sexuais representa mais um importante instrumento que nós, da Assembleia Legislativa, colocamos à disposição da sociedade sul-mato-grossense como uma rede de proteção às famílias do nosso estado. Infelizmente, crimes dessa natureza continuam atingindo inúmeras famílias, causando dor, sofrimento e consequências extremamente graves para as vítimas e seus familiares. Por isso, senhor presidente, eu gostaria de contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação deste projeto, que, sem dúvida, contribuirá significativamente para o fortalecimento da segurança pública em Mato Grosso do Sul. Mais do que isso, trata-se de uma ferramenta eficaz e eficiente de proteção à sociedade,

permitindo a identificação de criminosos sexuais já condenados com sentença transitada em julgado. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Ainda em discussão...
Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 305/2023, de autoria do deputado Coronel David.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado. Vai à redação final, por ter sofrido emenda. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 093/2025. Autora: deputada Mara Caseiro. "Estabelece diretrizes para a promoção da saúde nas escolas da Rede Estadual de Ensino, por meio de ações de educação, de prevenção e de atenção à saúde dos estudantes, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Caravina. A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e a Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Aproveito para citar a presença de Josimar Mendes de Araújo, vereador do município de Nioaque; de Emerson Mascarenhas, procurador jurídico de Amambai; de Henrique Ezoe, prefeito do município de Rio Negro; e o meu amigo, ex-prefeito de Batayporã, vereador do município de Batayporã, Edson Ibrahim. Bem-vindos a esta Casa de Leis.

Projeto de Lei nº 093/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado. Vai à redação final, por ter sofrido emendas. Item 3. Em discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 295/2025. Autor: deputado Zé Teixeira. "Inclui no Calendário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul a Romaria Diocesana, em honra a Nossa Senhora Aparecida, no distrito de Vila São Pedro, em Dourados, e dá outras providências". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto foi favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 0295/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, dezessete indicações e quatro moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência disporá de dez minutos, nobre deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — sem revisão do orador — Bom dia, deputado Paulo Corrêa; bom dia deputado Pedro Kemp — a quem cumprimento pelo seu aniversário, desejando que Deus lhe conceda saúde, sabedoria e vitória na sua vida e na vida de sua família — e demais colegas que fazem parte desta Sessão, além de todos os senhores e senhoras que nos prestigiam aqui presencialmente e quem nos acompanha pela Rádio Alems e pela TV Alems. Senhor presidente, talvez eu nem utilize todo o tempo disponível, mas gostaria apenas de fazer um registro sobre a audiência que tivemos ontem com o deputado Pedro Kemp, juntamente com a Fetems e o governador Eduardo Riedel. Quero aqui parabenizar a Fetems, pela forma como vem conduzindo essa federação, sempre defendendo os direitos dos servidores e de todos os profissionais da educação, fazendo isso de maneira serena e responsável. No passado, o movimento sindical tinha uma atuação mais aguerrida, muito voltada ao confronto, à discórdia, ao movimento e ao barulho. Mas a gente percebe que, muitas vezes, as conquistas também podem ser alcançadas por meio do diálogo. Até porque nós temos diferenças ideológicas, isso é natural, mas, quando se trabalha em defesa do coletivo e, acima de tudo, dentro do Estado Democrático de Direito, é fundamental agir com educação, resiliência e,

principalmente, respeito. E ontem foi atendida uma reivindicação histórica da Fetems e de toda a classe docente do nosso estado: a autorização do edital de abertura de concurso público para duas mil vagas. Sabemos que a necessidade do estado ainda é maior, e isso não acontece apenas em Mato Grosso do Sul, mas em todo o Brasil. Sempre existe uma demanda superior à capacidade de oferta do poder público, seja na assistência, na segurança ou na educação. Mas vejo essas duas mil vagas como um avanço importante para o fortalecimento do quadro docente de Mato Grosso do Sul, além da possibilidade de convocação dos candidatos remanescentes. Foi uma reunião muito proveitosa, da qual participei juntamente com outros colegas da Comissão de Educação. E eu acho importante, deputado, quando o Governo valoriza as comissões permanentes desta Casa, especialmente em temas diretamente ligados às suas áreas de atuação. Todos os deputados da comissão foram convidados, embora alguns não tenham conseguido comparecer em razão de compromissos no interior do estado. Quero também parabenizar o governador Eduardo Corrêa Riedel e o secretário Hélio Daher pelo trabalho que vêm realizando. É importante destacar essa abertura ao diálogo. Os diretores das escolas demonstram satisfação com a postura respeitosa, humilde e acessível do professor Hélio, que esteve em sala de aula até pouco tempo e conhece de perto as necessidades da educação pública. Hoje mesmo, deputado, cheguei um pouco atrasado porque fui entregar uma emenda parlamentar à Escola Rui Barbosa, no bairro Santo Antônio. Trata-se de uma escola cujo espaço físico é cedido pela Missão Salesiana e, muitas vezes, o poder público enfrenta limitações para realizar adequações, justamente pela necessidade de autorização da instituição mantenedora. Mas foi muito gratificante ver a alegria dos alunos quando foi anunciado que a emenda permitirá a instalação de aparelhos de ar-condicionado na biblioteca. Inclusive, a diretora Tânia comentou comigo: “Rinaldo, isso não foi nada combinado”. E realmente foi emocionante perceber a euforia das crianças. Eu até disse: “Agora entendo essa felicidade toda, porque o calor é muito forte”. Quando souberam da instalação do ar-condicionado, os alunos ficaram extremamente eufóricos. E quero fazer aqui mais um registro importante: o deputado Pedro Kemp esteve comigo em uma escola aqui de Campo Grande onde eu lecionei na época em que ele era secretário de Estado de Educação. Eu atuava ali como professor. Ontem, inclusive, a Dalmeires comentou sobre o salário dos professores naquele período. Era praticamente meio salário mínimo. Eu morava no bairro Parati e dava aula no bairro Rouxinóis, onde hoje funciona a Escola Maria de Lourdes Toledo Areias, e metade do meu salário era destinada apenas ao combustível. Isso mostra o quanto avançamos ao longo dos anos. Hoje, Mato Grosso do Sul possui o maior salário do país para os professores, com uma diferença significativa em relação ao segundo colocado. Essa é uma demonstração clara de que a Fetems sempre atuou de forma firme e comprometida na defesa dos servidores da educação. E o deputado Pedro Kemp esteve conosco também na comemoração dos quarenta anos daquela escola. E quero destacar, deputado Pedro Kemp, que, entre cento e vinte e nove projetos inscritos na Agenda 2030 da ONU, ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apenas dez escolas públicas de todo o Brasil foram selecionadas. E, para a alegria de todos nós que representamos Mato Grosso do Sul, nesta Casa, duas dessas dez escolas premiadas são do nosso estado: a Escola Oneide Sueli, no bairro Aero Rancho, dirigida pelo diretor Márcio, e também a escola onde fui professor, atualmente dirigida pela diretora Adriana. Os dois

diretores foram homenageados e receberam o prêmio em Recife (PE). Eu sei da sua contribuição, deputado Pedro Kemp, para que isso tudo acontecesse. E a gente fica muito feliz. Comemorar os quarenta anos daquela escola realmente nos trouxe uma grande alegria. Senhor presidente, faço hoje apenas esse registro da audiência que tivemos com o governador do estado. E eu espero sinceramente que possamos avançar cada vez mais, porque eu não tenho dúvida de que não vamos transformar o nosso estado e o nosso país se não for por meio da educação. Basta observar exemplos históricos, como o do Japão, que foi praticamente destruído pela Segunda Guerra Mundial e conseguiu se reconstruir porque fez da educação uma prioridade. Há vários outros exemplos semelhantes no mundo. E, embora o Brasil esteja entre as dez maiores economias do planeta, quando analisamos os indicadores do Pisa, que mede a qualidade da educação, percebemos o quanto ainda estamos distantes do ideal: quadragésimo oitavo lugar em uma disciplina, quadragésimo nono em outra. Isso demonstra claramente que, ao longo da história, independentemente de partido A ou partido B, a educação nunca foi tratada como prioridade no Brasil. E nós precisamos mudar essa realidade. Sabemos que ainda existem muitos gargalos em Mato Grosso do Sul, mas também é justo reconhecer os avanços conquistados nos últimos anos: reformas em diversas escolas, mais de 60% das unidades funcionando em tempo integral, kits de robótica implantados e professores recebendo o maior salário do país. Também sabemos das dificuldades enfrentadas pelos professores convocados, e existe o compromisso do Governo do Estado de, dentro do possível, avançar na busca pela isonomia salarial. Esse é um sonho meu, é um sonho do deputado Pedro Kemp, de todos os deputados desta Casa e, acima de tudo, de toda a classe docente de Mato Grosso do Sul. No mais, senhor presidente, quero registrar que hoje eu estaria no Pequeno Expediente apresentando um projeto de lei também relacionado à educação. Inclusive, acredito que já posso deixá-lo encaminhado à Mesa Diretora. Trata-se de um projeto de minha autoria que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Universitários de Caarapó Unicap (Unicap). É uma entidade que vem realizando um trabalho brilhante. Sou autor de duas emendas parlamentares destinadas a beneficiar esses acadêmicos de Caarapó, atendendo aproximadamente quatrocentos estudantes. E fico muito feliz em poder contribuir com esse grupo de jovens universitários, futuros professores, futuros advogados e futuros profissionais que irão ajudar a administrar o nosso estado e o nosso país. Estamos falando de uma juventude na faixa dos dezesseis, dezoito até vinte e dois anos, que representa o futuro da nossa sociedade. Era o que tinha, senhor presidente. Desejo a todos um bom final de tarde e que amanhã possamos estar novamente aqui, continuando a defender os interesses da sociedade sul-mato-grossense. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerradas as Explicações Pessoais. Vou declarar encerrada a presente Sessão. Antes, porém, mando um grande abraço para minha amiga deputada Lia Nogueira. Abraço, amiga. Está encerrada a Sessão (11h17min).